

Fantasma do passado assombram o futuro

ARTIGO

José Márcio Camargo

Professor titular aposentado do Departamento de Economia da PUC-Rio, é economista-chefe da Genial Investimentos

O governo divulgou sua nova política industrial, com o nome de Nova Indústria Brasil. Segundo o documento, o objetivo da nova política é estancar a queda da participação do setor industrial no PIB da economia brasileira. O programa é amplo e se propõe a cumprir seis “missões”, que consistem em desenvolver as seguintes atividades econômicas: as ca-

deias agroindustriais sustentáveis e digitais; um complexo econômico industrial da saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformar digitalmente a indústria; a bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energética; e, finalmente, a tecnologia de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Cada uma dessas “missões” tem metas ambiciosas, que devem ser atingidas até 2026. A título de exemplo, podemos destacar: aumentar de 23% para 50% a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário; ampliar de 42% para 70% a participação da produção das necessidades nacionais em me-

Nova política industrial é pouco específica, tem caráter muito geral e, desta forma, de difícil avaliação

dicamentos, vacinas, etc.; aumentar de 59% para 85% a participação da produção

brasileira na cadeia da indústria de transporte público sustentável; transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras; entre muitas outras.

Para atingir estes objetivos, o governo se propõe a investir R\$ 300 bilhões até 2026, sendo R\$ 250 bilhões via empréstimos do BNDES à taxa de juros de TR + 2,0% ao ano, exigência de conteúdo nacional e preferência em compras governamentais.

A proposta é pouco específica, tem caráter muito geral e, desta forma, de difícil avaliação. Apresenta poucas novidades em relação à política industrial implementada durante o segundo mandato do presidente Lula da Silva e o primeiro mandato da presi-

dente Dilma Rousseff, que culminou na maior recessão da história do País em 2015/2016. Como naquele período, os principais instrumentos a serem utilizados serão: crédito subsidiado do BNDES, exigência de conteúdo nacional e preferência nas compras governamentais.

A reação inicial dos investidores foi negativa. Em primeiro lugar, devido ao efeito sobre o equilíbrio fiscal (aumento de gastos sem fontes de receitas) e, segundo, ao aumento do gasto parafiscal através de empréstimos do BNDES com taxas de juros subsidiadas, o que reduz o espaço para quedas adicionais da taxa de juros pelo Banco Central. Fantasma do passado assombrando o futuro. ●

Mineração Campanha oficial

Silveira diz que Lula ‘nunca’ iria interferir na Vale por Mantega

Ministro afirma que presidente foi ‘injustiçado’ com as notícias de pressão pela indicação do ex-titular da Fazenda

MARLLA SABINO
BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, negou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha tratado da indicação do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para o comando da Vale. Segundo o ministro, o chefe do Executivo “nunca” iria interferir diretamente em uma empresa de capital aberto.

“Quero afirmar: eu não tive nenhuma conversa com conselheiro em que tivesse citado uma indicação do ex-ministro Mantega para suceder o atual presidente da Vale”

Alexandre Silveira
Ministro de Minas e Energia

Na quarta-feira, o Estadão confirmou com conselheiros da Vale que o próprio Silveira havia telefonado em nome de Lula para defender que o comitê de acionistas escolhesse Mantega para a presidência da companhia.

Na avaliação de Silveira, ele e o presidente Lula teriam sido

“injustiçados” com as informações de que existia uma pressão do governo para a indicação de Mantega. “Em nenhum momento, o presidente tratou de qualquer questão em relação à sucessão da Vale. O presidente Lula nunca se disporia a fazer uma interferência direta numa empresa de capital aberto, listada em Bolsa, uma ‘corporation’ (empresa sem controlador único), que tem a sua governança e sua natureza jurídica que deve ser preservada”, acrescentou.

O ministro também negou que tenha entrado em contato com conselheiros da Vale para “pressionar” e “ameaçar” por uma eventual indicação de Mantega para o comando da mineradora. “É muito sério quando se diz que um ministro ligou para fazer imposição ou até mesmo, alguns mais levianos, usaram o nome chantagem, sem dizer quem teria recebido esse telefone. Quero afirmar: eu não tive nenhuma conversa com conselheiro em que tivesse citado uma indicação do ex-ministro Mantega para suceder o atual presidente da Vale”, afirmou ele.

SEM PODER. Apesar de o governo Lula querer influir nesse processo, ele tem pouca interferência na companhia. A Vale foi privatizada em 1997, e atualmente não possui controlador definido, já que nenhum acionista detém mais de 10% das ações.

Também não existe em vigor um acordo de acionistas nos moldes do passado, na época



Silveira nega que tenha conversado com conselheiros sobre Mantega

Pressão

A articulação do governo nos últimos dias

● Ligação

Na quarta-feira, o ‘Estadão’ confirmou com um conselheiro da Vale que Silveira havia telefonado para defender que o comitê de acionistas escolhesse o indicado de Lula para a presidência da companhia

● Tuítes

Na quinta-feira, o presidente Lula e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, fizeram pu-

blicações em redes sociais. Lula criticou a Vale pelos 5 anos do desastre de Brumadinho. Gleisi elogiou Mantega

● Condenação

Ainda na quinta, a empresa foi condenada pela Justiça a pagar indenização de R\$ 47,6 bilhões pelo acidente de 2015, em Mariana, ao lado de Samarco e BHP

● Críticas

Ontem, o ministro fez duras críticas à Vale: “A Vale poderia dar prioridade a políticas que são convergentes entre o interesse do acionista e o interesse da população”

ca dos primeiros governos do PT, quando a Previ (o fundo de pensão dos empregados do Banco do Brasil) detinha maior poder nas escolhas do rumo da empresa.

O conselho de administração da Vale tem 13 integrantes. Dois deles são indicados pela Previ, um pelo Bradesco, um pela Mitsui, outro representa os funcionários da empresa e oito são independentes.

O ministro também fez críticas à gestão do atual presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo. “Tenho críticas contundentes à gestão da Vale. Ela precisa melhorar a gestão e ter uma interlocução mais próxima com o governo. É a segunda maior empresa do País, tem de respeitar o interesse dos seus acionistas, mas tem de respeitar também o povo brasileiro, as políticas públicas”, afirmou ele.

“Respeitada a sua governança, a Vale poderia dar prioridade a políticas que são convergentes entre o interesse do acionista e o interesse da população. São políticas públicas que queremos fazer de mãos dadas com a Vale, com outras mineradoras, mas vamos usar instrumentos regulatórios e de formulação de política que forem necessários para que eles cumpram obrigações com o Brasil”, disse.

AÇÕES. As declarações do ministro foram dadas no início da tarde, pouco tempo depois de pessoas ligadas ao Planalto terem afirmado ao Estadão/Broadcast que Mantega divulgaria uma carta para confirmar que abria mão de qualquer indicação para ocupar um posto na Vale — o que não havia se confirmado até as 23h50 de ontem.

A informação teve impacto nas ações da Vale, que fecharam com alta de 1,67% no Ibovespa. No ano, os papéis da empresa acumulam recuo de 9,97%. ● COLABOROU MARIANA CARNEIRO

PHOTO: ANDRÉ LOPES/REUTERS
PREVIA: ANDRÉ LOPES/REUTERS
CORREIO: ANDRÉ LOPES/REUTERS

pressreader